

ESTATUTOS OBSERVATÓRIO BAIXO ALENTEJO – ONG -

CAPÍTULO I **CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO**

Artigo primeiro

Constituição e Denominação

Nos termos da Lei e dos presentes Estatutos, constitui-se uma Associação, sem fins lucrativos e de natureza privada, que adota a denominação de **ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL - OBSERVATÓRIO DO BAIXO ALENTEJO**, adiante designada **OBA**.

Artigo segundo

Sede, Delegações, Filiações e Duração

1. O OBA tem a sua sede provisória em Beja, na Rua Cadeia Velha, 10, 1 Dt. °, código postal 7800-143.
2. O OBA poderá criar, ou encerrar, delegações ou outros locais de representação, no território nacional ou no Estrangeiro.
3. O OBA procurará articular a sua atividade com entidades e associações afins e poderá filiar-se em organismos nacionais e internacionais da mesma área ou outras que possam revestir interesse para os seus objetivos.
4. O OBA tem duração ilimitada (indeterminada), considerando-se extinto quando assim deliberar a Assembleia Geral.

Artigo terceiro

Objeto e Finalidade

A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA) tem por objeto o estudo, a promoção e defesa da região do Baixo Alentejo, orientando a sua ação dentro dos princípios democráticos, consagrados na Constituição da República Portuguesa e bem assim dos

princípios de solidariedade e parceria com todas as instituições, nacionais ou estrangeiras, que visem atingir objetivos comuns.

1. A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA) deve aglutinar representantes da sociedade civil organizada, executivos e profissionais liberais de diversas áreas, em regime de voluntariado ou outro, dispostos a contribuir com os objetivos do OBA, nomeadamente na perspectiva de um maior desenvolvimento económico e social.

2. A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA) tem, entre outras, as seguintes áreas de intervenção:

a) Formação e conhecimento (cursos, palestras, seminários, congressos, debates, grupos de estudos, entre outros).

b) Realização de eventos, nomeadamente culturais e científicos, para recolha de informação, divulgação, sensibilização, ações de promoção da região do Baixo-Alentejo.

Para alcançar os seus objetivos pode ainda A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA):

c) - Firmar convénios, contratos, termos de parceria e de cooperação, em articulação com órgãos e entidades públicos e privados, empresas nacionais e estrangeiras.

3. Para o cumprimento destes fins, A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA) vai desenvolver as suas atividades com quaisquer entidades interessadas em colaborar com os fins da Associação, em regime de voluntariado ou não, podendo criar unidades funcionais de trabalho e núcleos, em território nacional ou estrangeiro.

4. A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA) não distribui entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participação ou parcelas do seu património, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objeto social.

5. No desenvolvimento das suas atividades, a Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA) observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, género, religião ou credo político.

6. A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA) deve conseguir ajuda nacional e internacional, nomeadamente europeia, para obtenção dos meios necessários para execução das suas atividades, através de: execução direta de projetos, programas ou planos de ações, doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do sector público que atuam em áreas afins.

7. A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA) põe-se à disposição, sempre que se justifique a sua atuação, dos organismos internacionais, dos governos ou autoridades locais, assim como as organizações nacionais ou regionais, reservando-se o direito de recusa dos pedidos de ajuda, se assim o entender a sua Direção.

8. A Associação para o Desenvolvimento Regional - Observatório do Baixo Alentejo (OBA) propõe-se dar, com ajuda das diversas instituições competentes, públicas ou privadas, formação indispensável para atuação dos seus membros, tendo em vista o profissionalismo e motivação necessários ao cumprimento das missões que pretender levar a cabo.

CAPÍTULO II

SÓCIOS

Artigo quarto

Categoria dos sócios

1. O OBA (ONG) é constituída por número ilimitado de sócios, distribuídos nas categorias de fundadores, aderentes, conselheiros e honorários.

2. São sócios fundadores os outorgantes da escritura de constituição da Associação.
3. São sócios aderentes as pessoas singulares ou coletivas interessadas nos objetivos da Associação, que sejam aceites pela Direção, sob proposta de dois sócios e a requerimento dos interessados.
4. São sócios conselheiros as pessoas singulares ou coletivas que integrem o Centro de Estudos e Planeamento do BA. Tal título confere a estas pessoas o direito de participarem da Assembleia Geral, sem capacidade deliberativa nem direito a voto.
5. São sócios honorários as pessoas singulares ou coletivas a quem a Assembleia Geral atribua tal estatuto por proposta da Direção, por prestígio ou por haver contribuído de modo relevante para a dignificação e desenvolvimento da Associação. Este título confere a estas pessoas o direito de fazerem parte da Assembleia Geral, sem capacidade deliberativa e, sem que para tal tenham que pagar uma quotização.
6. Para admissão de sócios honorários será exigido o voto concordante da maioria simples dos presentes na Assembleia geral, por proposta devidamente justificada pela Direção.
7. Para admissão e convite aos conselheiros, através de proposta fundamentada, será exigido o voto maioritário da Direção.
8. A admissão dos sócios aderentes faz-se sob proposta de dois sócios, dirigida à Direção do OBA, a quem compete fundadamente, aceitar ou recusar.
9. As propostas aceites serão comunicadas aos proponentes por escrito, por correio convencional ou eletrónico, no prazo máximo de 30 dias.
10. Não são elegíveis para os órgãos sociais os sócios honorários e os conselheiros.
11. Perdem a qualidade de sócios os que forem expulsos, os que apresentarem a sua demissão em carta dirigida ao Presidente da Direção e os que deixarem injustificadamente e durante dois semestres consecutivos, de pagar quotas.

Artigo quinto

Direitos dos sócios

1. Constituem direitos dos sócios fundadores e aderentes:
 - a. Tomar parte nas Assembleias gerais
 - b. Eleger e ser eleitos para os órgãos sociais
2. Constituem direitos de todos os sócios e conselheiros:
 - a. Participar nas atividades organizadas pelo OBA (ONG) ajudando na prossecução dos objetivos definidos estatutariamente e pelos órgãos eleitos.
3. Os sócios honorários e os conselheiros têm o direito de participar nas Assembleias Gerais nos termos estatutários, sem direito a voto nem poder deliberativo e de cooperar no desenvolvimento do objeto do OBA.

Artigo sexto

Deveres dos sócios

Os sócios fundadores, aderentes, membros do Centro de Estudos e Planeamento do BA (conselheiros) e honorários terão os seguintes deveres:

- a. Cumprir as disposições estatutárias, regulamentos internos e as deliberações dos órgãos do OBA.
- b. Proceder ao pagamento das quotas que forem afixadas pela Assembleia Geral, no primeiro semestre de cada ano.
- c. Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos.
- d. Contribuir com as suas competências e ações para o bom nome e prestígio do OBA.

Artigo sétimo

Sanções

1. Os sócios fundadores, aderentes e conselheiros estão sujeitos às seguintes sanções:
 - a. Repreensão
 - b. Suspensão até 60 dias

- c. Demissão ou expulsão
- 2. São sancionados os sócios e conselheiros nos casos de:
 - a. Ausência a três assembleias gerais sem justificação
 - b. Infringir os princípios éticos e legais que pautam a conduta dos sócios dentro e fora da Associação
 - c. Levar a Associação à prática de atos dolosos para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas
 - d. Incumprimento em relação a sua contribuição anual, referente a quotas
- 3. Compete à Direção a aplicação das sanções de advertência e suspensão
- 4. As sanções de suspensão e expulsão devem respeitar integralmente o princípio do contraditório.
- 5. A expulsão é da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direção, pelo voto concordante de dois terços dos presentes
- 6. A expulsão será aplicada, mediante justa causa, ouvido previamente o acusado, cabendo dessa decisão recurso à primeira Assembleia, ordinária ou extraordinária, que vier a se realizar.
- 7. O recurso deverá ser formulado pelo sócio expulso, no prazo de 15 dias consecutivos.
- 8. A suspensão de direitos não desobriga o sócio do pagamento da quota.
- 9. A qualidade de sócio não é transmissível, quer por ato entre vivos, quer por sucessão

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SECÇÃO I

Das disposições gerais

Artigo oitavo

Órgãos sociais, mandatos, responsabilidade e elegibilidade

1. O OBA tem como órgãos deliberativos e executivos a Assembleia Geral, o Centro de Estudos e Planeamento do BA, a Direção e o Conselho Fiscal
2. Todos os mandatos têm a duração de cinco anos, permitindo reconduções consecutivas por igual período e mantêm-se em exercício até à sua efetiva substituição.
3. Quando as eleições não se realizarem nos prazos estatutários, considera-se prorrogado o mandato em curso, até a posse dos novos corpos gerentes.
4. As eleições para os órgãos sociais serão realizadas, em Assembleia Geral, por escrutínio secreto, por marcação da direção, no último trimestre de cada mandato.
5. Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão social, depois de esgotados os respetivos suplentes, terá lugar uma Assembleia Geral extraordinária, para preenchimento das vagas verificadas.
6. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior, coincidirá com o dos inicialmente eleitos.
7. As decisões saídas das reuniões dos órgãos sociais serão sempre registadas em atas que serão assinadas pelos presentes.
8. Os membros dos corpos sociais são responsáveis civil e criminalmente pelos atos e omissões cometidos no exercício do mandato.
9. Os membros dos corpos sociais ficam isentos de responsabilidades se não participarem na tomada de decisões ou se as reprovarem em declaração expressa na ata da sessão imediata em que se encontrarem presentes.
10. Ao OBA compete definir, sob proposta da direção, quanto à remuneração dos seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e daqueles que lhe prestam serviços específicos.

SECÇÃO II

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo nono

Constituição, competência e funcionamento

1. A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação e fiscalização do OBA, é constituída por todos os sócios que estejam em pleno gozo dos seus direitos estatutários.
2. A Mesa da Assembleia Geral é composta por três elementos: presidente, vogal e secretário.
3. O Presidente tem voto de qualidade e a competência de convocar e presidir os trabalhos da Assembleia Geral.
4. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da mesa, competirá a esta eleger os respetivos substitutos de entre os sócios presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.
5. As competências da Assembleia Geral e a forma do seu funcionamento são as estabelecidas no Código Civil, designadamente nos artigos 170º, 172º e 179ª:
 - a. Definir as linhas gerais de atuação e avaliar os regulamentos sobre o funcionamento dos órgãos sociais da OBA e do processo eleitoral.
 - b. Decidir sobre alterações dos Estatutos e deliberar sobre a dissolução do OBA.
 - c. Aprovar o relatório de gestão e contas anual da Direção, bem como eventuais operações patrimoniais realizadas, como alienação de bens.
 - d. Decidir sobre todas as questões que não sejam da competência dos outros órgãos do OBA.
6. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente, uma vez por ano e no final (último trimestre do ano) de cada mandato para a eleição dos corpos sociais e em sessão extraordinária sempre que a Direção o julgue necessário, ou a requerimento de dois quintos dos seus sócios no pleno gozo dos seus direitos.
7. A Assembleia Geral só pode funcionar, em primeira convocatória feita pelo presidente ou seu substituto, por carta registada, edital ou outro meio considerado eficaz (mensagens , e-mails), contendo data, hora, local e ordem de trabalhos, no prazo de oito dias de antecedência,

desde que estejam presentes, ou devidamente representados, a maioria absoluta dos seus sócios com direito a voto e, em segunda convocatória, na mesma data e local, trinta minutos depois da convocatória anterior, com qualquer número, deliberando pela maioria dos votos dos presentes.

8. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária num prazo de quinze dias após a convocatória por pedido ou requerimento, por carta registada, edital ou outro meio considerado eficaz (mensagens, e-mails), contendo data, hora, local e ordem de trabalho, sempre que estejam presentes, em primeira convocatória, a maioria absoluta dos seus sócios ou em segunda convocatória, na mesma data e local, trinta minutos depois da convocatória anterior, deliberando pela maioria dos votos dos presentes.
9. As deliberações da Assembleia Geral deverão ser aprovadas por voto secreto e por mais de dois terços dos presentes nos seguintes casos:
 - a. Alteração dos estatutos;
 - b. Isenção do pagamento de quotas;
 - c. Expulsão de sócios;
 - d. Extinção do OBA;
 - e. Autorização para demandar e destituir os membros dos corpos gerentes por atos praticados no exercício das suas funções;
 - f. Cisão, fusão ou adesão do OBA a Plataformas, Uniões, Federações e Confederações, nacionais ou internacionais.
10. O mandato da Assembleia Geral será coincidente com a da Direção

SECÇÃO III

DIREÇÃO

Artigo décimo

Constituição, competência e funcionamento

1. A direção, eleita em assembleia geral, é composta por entre 3 a 5 associados, e é composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário;

2. Compete à direção a gerência social, administrativa e financeira da associação, assim como a definição de prioridades, orientação estratégica e ações a desenvolver e representar a associação em juízo e fora dele.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil e no Regulamento Interno.
4. A associação obriga-se com a intervenção de dois elementos da direção, sendo um deles, obrigatoriamente, o presidente ou o diretor para a área financeira;
5. No caso de impedimento ou vacatura, o Presidente será substituído pelo Secretário.
6. É da competência da Direção a gestão e administração do OBA:
 - a. Cumprir e fazer cumprir os estatutos e regulamentos internos
 - b. Representar o OBA;
 - c. Coordenar e orientar a atividade do Centro de Estudos e Planeamento do BA;
 - d. Promover a formação, qualificação e conhecimento (cursos, palestras, seminários, congressos, debates, grupos de estudos, entre outros).
 - e. Promoção do território e dos objetivos de desenvolvimento da região, nomeadamente através de meios próprios, através de revista, jornal e/ou outros, conteúdos digitais, vídeo, impresso, web, entre outros.
 - f. Executar as decisões da Assembleia Geral e requerer a convocação dela
 - g. Administrar as instalações e o património do OBA e dirigir a sua atividade podendo, para esse efeito, contratar pessoal permanente e colaboradores, fixando as condições de trabalho e a respetiva disciplina;
 - h. Elaborar e apresentar o relatório de gestão e contas, o plano de atividades e o orçamento anual
 - i. Elaborar e propor alterações dos estatutos e dos regulamentos internos
 - j. Propor o valor das quotas e aprovar a admissão de novos sócios
 - k. Providenciar fontes de receitas do OBA e celebrar acordos, parcerias e convênios com entidades públicas ou privadas

- I. Alienar os bens do OBA, com o parecer favorável da Assembleia Geral
2. A Direção reunir-se-á ordinariamente com periodicidade bimensal e extraordinariamente sempre que seja necessário, mediante convocação do seu presidente e as suas decisões serão tomadas por maioria dos votos, cabendo ao presidente o voto de qualidade.
3. Compete ao Presidente:
 - a. Representar o OBA (ONG) ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
 - b. Coordenar a atividade dos restantes elementos da Direção;
 - c. Nomear Diretor Executivo;
 - d. Designar auxiliares para funções específicas;
 - e. Convocar e presidir as reuniões da Direção;
4. Assinar em conjunto com um dos outros elementos da Direção quaisquer documentos relativos às operações ativas do OBA, inclusive, ordens de pagamento, cheques, contratos e convénios;
5. Compete ao Vice-Presidente:
 - a. Substituir o Presidente em todas as suas atividades sempre que este não possa;
 - b. Substituir o Secretário nas suas faltas e impedimentos
6. Compete ao Secretário:
 - a. Secretariar as reuniões da Direção e redigir as atas;
 - b. Coordenar as atividades de secretaria;
 - c. Coordenar as atividades de tesouraria;
 - d. Arrecadar e contabilizar as contribuições dos sócios, rendas, auxílios e donativos;
 - e. Elaborar relatório financeiro e balancete anual;
 - f. Manter sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
 - g. Substituir o Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos;

SECÇÃO IV

CONSELHO FISCAL

Artigo décimo primeiro

Constituição, competência e funcionamento

1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Secretário e um Relator, eleitos pela Assembleia Geral.
2. Em caso de impedimento ou vacatura, o Presidente será substituído pelo Secretário e este pelo relator.
3. O Conselho Fiscal terá o mandato coincidente com o da Direção.
4. Compete ao Conselho Fiscal:
 - a. Fiscalizar a atividade da Direção;
 - b. Exercer fiscalização sobre a escrita e documentos do OBA e serviços de tesouraria, sempre que julgue conveniente;
 - c. Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contabilístico e sobre as operações patrimoniais realizadas;
 - d. Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto que lhe seja submetido pela Assembleia Geral ou pela Direção;
5. O Conselho Fiscal deverá reunir-se para avaliação dos relatórios, contas e balanços apresentados pela Direção, sempre que julgue necessário, por convocação do seu Presidente ou, no seu impedimento, pelo seu Secretário.

SECÇÃO IV

CENTRO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DO BA

Artigo décimo segundo

Constituição, competência e funcionamento

1. O Centro de Estudos e Planeamento do BA é um órgão consultivo do OBA constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, indicados sob proposta da direção, sendo o seu funcionamento e duração definidos pela Direção do OBA e no Regulamento Interno;

CAPÍTULO IV

PATRIMÓNIO, RECEITAS E EXTINÇÃO

Artigo décimo terceiro

Património e receitas

1. Constituem património do OBA todos os bens móveis, imóveis, direitos, ações que lhe pertençam ou venham a adquirir por qualquer título legítimo.
2. Constituem receitas do OBA: a) – Quotas pagas pelos sócios; b) – Heranças; c) – Legados; d) – Doações e respetivos rendimentos; e) – Donativos; f) – Produto de festas e subscrições; g) – Subsídios do Estado ou de outros organismos, nomeadamente fundos europeus, públicos ou privados, nacionais ou internacionais; h) – Qualquer outro recurso lícito.

Artigo décimo quarto

Extinção. Destino dos bens

Extinta a associação, o destino dos bens que integrarem o património social, que não sejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados em Assembleia Geral, sob proposta da direção.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo décimo quarto

1. O OBA disciplinará toda a sua organização e funcionamento por meio de Regulamentos Internos e disposições estatutárias.
2. Os sócios não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais do OBA.
3. O OBA não tem fins lucrativos, não distribui dividendos, nem qualquer parcela do seu património ou de suas rendas a título de lucro, bem como aplica integralmente nos territórios onde atua, suas rendas, recursos e eventual resultado operacional, exclusivamente, na manutenção e desenvolvimento das finalidades institucionais.
4. O exercício financeiro coincide com o ano civil;

5. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção e ratificados ou não pela Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, que se seguir à decisão tomada, ficando eleito o foro da comarca de Beja para sanar possíveis dúvidas.
6. Este Estatuto entrará em vigor na data do seu registo.

Aos 10 dias do mês de Setembro do ano de 2020